

Antropologia literária e si-mesmo

Na introdução a seu *Literarische Anthropologie: Selbstbiographien und ihre Geschichten – am Leitfaden des Leibes* (1987), Helmut Pfothenhauer tematiza o objeto da assim chamada antropologia literária centralmente na figura do “eu à procura”: a antropologia literária seria “em sua maior parte, uma história do eu antropologicamente refletido e literariamente em busca de formas - uma história, para usar as palavras de Nietzsche, no guia do corpo.”² “Antropologicamente refletido” e “literariamente informado”: tais caracteres desse eu à procura seriam as especificidades dessa abordagem.

Antropologicamente refletido, para Pfothenhauer, implica a consideração do “‘homem inteiro’ como integridade corporal e anímica; em contrariedade às tradições de pensamento dominantes, ela quer reinterpretar a antiga divisão entre o sensível e a razão em um ‘commercium mentis et corporis’, uma conjunção do corpo e da alma”.³ Jürgen Schlaeger, na entrada a “Literarische Anthropologie” do *Metzler Lexikon der Literatur* (2013), associa a esse entendimento a continuação da compreensão burguesa da literatura para a *Bildung*, não mais enquanto aporte à formação da pessoa como personalidade fechada, mas como “permanente auto-esclarecimento de sua mutabilidade” (NÜNNING, 2013, p. 452)⁴. Na leitura de Schlaeger, portanto, não o eu, mas a historicidade – entendida como inserção do corpo material e suas “formas concretas de aparição [Erscheinung]” no “homem inteiro”⁵ – e a temporalidade – enquanto “permanente mutabilidade” – são as tônicas da abordagem.

1 Mestrando em Língua e Literatura Alemã (FFLCH/USP). E-mail: henrique.primon@usp.br

2 No original: “in der Hauptsache eine Geschichte des anthropologisch reflektierten und literarisch Gestalt suchenden Ich – eine Geschichte, um es in Nietzsches Worten zu sagen, am Leitfaden des Leibes.” (PFOTENHAUER, 1987, p. 2)

3 No original: “dem »ganzen Menschen« als einem leibseelischen Ensemble; sie will im Gegensatz zu den herrschenden Denktraditionen die alte Aufspaltung von Sinnlichem und Vernunft in ein »commercium mentis et corporis«, eine Verbindung von Leib und Seele, umdeuten.” (PFOTENHAUER, 1987, p. 1)

4 Nas palavras de Schlaeger: “L[iterarische]. A[nthropologie]. gewinnt demnach ihre Bedeutung als Nachfolgerin eines untergegangenen bürgerlichen Bildungsverständnisses von Lit[eratur]. Lit[eratur]. dient nicht mehr der Bildung des Menschen zu geschlossener Persönlichkeit, sondern der permanenten Selbstaufklärung seiner Wandelbarkeit.” (NÜNNING, 2013, p. 452)

5 Segundo Pfothenhauer (1987, p. 1): “Darin ist Anthropologie mit der gleichzeitig sich entwickelnden Ästhetik verschwistert, die Subjektivität in ihren konkreten Erscheinungsformen in ihr Recht setzt”

Pfotenhauer parece, entretanto, dar menos contornos ao que chama de uma “enformação literária” [*literarisch gestaltet*] de sua concepção. Estariam subjacentes a essa premissa diversas abordagens: estilo,⁶ literariedade e ficcionalidade.

É Wolfgang Iser que, entretanto, sugere um atributo marcante para uma antropologia literária. O literário reside, para Iser, na capacidade ou na necessidade humana para a ficção na determinação e na compreensão histórica do mundo e do si.⁷ Iser arrisca essa atribuição marcadamente transcendental e ousa, assim, a postulação de uma dimensão universalizante ao humano, em plena era pós-estruturalista – nomeadamente, o imaginário e sua realização material, o fictício.

A difícil conjunção entre essas duas vertentes da antropologia literária – para Pfotenhauer, uma constância da concretude histórica no “eu à procura”; para Iser, a capacidade (ou invariavelmente a necessidade) do imaginário e do fictício enquanto componente antropológica do humano – tangencia ainda outro conceito pouco afeito à reflexão teórico-literária contemporânea: a identidade. Dominada ou por uma vertente idealista e transcendental, ou por uma vertente discursiva – e, neste caso, a identidade é inclusive negada, uma vez que consistiria em mero e puro atravessamento de um feixe discursivo sempre circunstancial e contingente, refratário, portanto, a uma imanência constitutiva de qualquer ordem –, a identidade é hoje um campo de batalha pouco afeito a consenso.

Se, entretanto, seguida a sugestão de Pfotenhauer do “eu à procura”, abordarmos a componente processual do conceito – o processo de identificação e de reconhecimento de uma identificação –, a aporia pode encontrar ao menos uma via que a livra (por algum tempo) do campo de forças antitético que a envolve. Se um processo de identificação é a atribuição de caracteres a uma coisa – personagem ou pessoa –, seu reconhecimento consiste na operação dupla de reidentificação do mesmo ente e de conhecimento novo de suas outras ocorrências. Essa distinção, que em parte tomamos, em parte derivamos de Ricoeur (1990, p. 45), parte do pressuposto de que a coisa, enquanto referente, pode ser reidentificada “como sendo a mesma coisa na multiplicidade de suas ocorrências”:

Le primat ainsi donné au *même* par rapport au *soi* est particulièrement souligné par la notion cardinale de réidentification. Il ne s’agit, en effet, pas seulement de s’assurer qu’on parle de la même chose, mais qu’on peut l’identifier comme étant la même chose dans la multiplicité de ses occurrences. Or cela ne se fait que par repérage

6 “Die literarische Schreibweise, die assoziativ verbindende, oft auch bildlich komprimierende Form der Darstellung, korrespondiert mit der inhaltlichen Neigung zum literarischen Selbstbezug im Sachbezug.” (Pfotenhauer, 1987, p. 6)

7 Ver Nünning (2013, p. 451).

spatio-temporel: la chose reste la même en des lieux et des temps différents.
(RICOEUR, 1990, p. 45)

É essa questão, ainda de ordem teórica – a multiplicidade das ocorrências do sujeito –, que propomos explorar e delinear, na sequência.

Identidade, ipseidade, alteridade

A tarefa da reincursão do sujeito nos estudos literários tem sido, paradoxalmente, ampla e irrestrita na crítica contemporânea, mas cética e limitada na teoria. Ricoeur empreende a difícil incursão da historicidade e da múltipla ocorrência no conceito de identidade, distinguindo traços – por vezes incompatíveis – que tipicamente recaem sobre o mesmo significante.

A categoria do si-mesmo emerge, em Ricoeur, como pressuposto teórico central, em detrimento inclusive do conceito de sujeito. O si-mesmo, para Ricoeur, pretende “marcar o primado da mediação reflexiva sobre a posição imediata do sujeito”.⁸ A mediação reflexiva do si – especialmente como prefigurado, configurado e refigurado pela narrativa – é o ponto inicial da reflexão ricoeuriana, ao qual ele ainda deverá apor o sujeito da ação e da experiência. Assim, também com Ricoeur, tomaremos o mesmo (em si-mesmo) como um reforço dessa remissão a si, como remarcação da instância enunciativa e reflexiva.⁹ Insistiremos nesta recursão teórica ao si-mesmo, e não ao eu, precisamente porque – e esta será outra hipótese constante do trabalho –, nas obras aqui estudadas, queremos marcar “o primado da mediação reflexiva” do si, diante de sua própria ação e de sua posição imediata de experiência.

Estabelecido o si-mesmo, a primeira distinção fundamental para sua compreensão é entre uma identidade-idem e uma identidade-ipse. Com o recurso à raiz latina para especificar um primeiro traço, Ricoeur atribui à identidade-idem a marca da mesmidade; a identidade-idem assegura, por isso, a ideia da permanência do ente no tempo. A identidade-ipse, que o chamará de *ipseidade*, incorpora as alteridades do mesmo ente ao longo do tempo, e aqui Ricoeur já estabelece uma inovação teórica, ao mesmo tempo em que postula uma hipótese

⁸ Tradução nossa. No original: “marquer le primat de la médiation réflexive sur la position immédiate du sujet” (RICOEUR, 1990, p. 11).

⁹ O si autorreflexivo na literatura é, por excelência, o eu memorialístico – e autobiográfico, em *Beim Häuten der Zwiebel* – ou a retomada analéptica da própria vida – ficcional, no caso de *Die Blechtrommel*. A mediação reflexiva, memorialista e analéptica é exatamente uma das marcas patentes e extensivas em ambas as obras de Grass estudadas aqui, como será mostrado nos capítulos 3 e 4.

paradoxal: inovador, ao tratar a alteridade como intrínseca a um mesmo sujeito; paradoxal, ao reconhecer teoricamente que o mesmo indivíduo constitui-se precisamente pela alteridade. Ricoeur lança as bases de sua proposta já no prefácio:

[...] une altérité telle qu'elle puisse être constitutive de l'ipséité elle-même. *Soi-même comme un autre* suggère d'entrée de jeu que l'ipséité du soi-même implique l'altérité à un degré si intime que l'une ne se laisse pas penser sans l'autre, que l'une passe plutôt dans l'autre, comme on dirait en langage hégélien. Au « comme », nous voudrions attacher la signification forte, non pas seulement d'une comparaison - soi-même semblable à un autre -, mais bien d'une implication : soi-même en tant que... autre. (RICOEUR, 1990, p. 14)

O si-mesmo é constituído, portanto, pelas identidades *ipse* e *idem*. A identidade-*idem*, na acepção ricoeuriana, guarda a mesmidade e a singularidade de um ser; sob a identidade-*ipse* podem estar conjugadas mesmidade e alteridade. O paradoxo persiste, ainda que a distinção seja clara: a identidade-*idem* quer apontar a unicidade do existente, que, entretanto, está sujeito ao tempo e à alteração – a ipseidade abriga, assim, a alteração e a diferenciação de um mesmo ser. Assim, a alteridade cria o paradoxo constitutivo da identidade-*ipse*.

É a dimensão temporal e sua narrativização que poderão, de acordo com o autor, transpor a distância desse paradoxo. A narratologia encontra, para Ricoeur, um horizonte interpretativo, tanto pela constituição do si enquanto dialética entre ipseidade e mesmidade quanto pela incursão do si e da ação na história do agente (RICOEUR, 1990, p. 137-138). Nesse ponto, Ricoeur parece fazer frente à compreensão desconstrutivista, ou pós-estruturalista em geral, para a qual a mera noção de identidade seria um transcendental que, portanto, carece dos fundamentos – aliás, únicos, para o pós-estruturalismo – de qualquer enunciação do sujeito: o aqui e o agora. Ricoeur caminha na contramão dessa atribuição da ação a uma contingencialidade pura, tanto pela via negligenciada da imputação histórica ao si-mesmo, e, segundo quanto via surpreendente da “prescrição” ou da “antecipação de considerações éticas” (RICOEUR, 1990, p. 138).

No primeiro caso, Ricoeur lembra que o si-mesmo, além de estar situado na contingencialidade histórica, possui (ou é), ele próprio, sua história. Ricoeur postula uma componente de unicidade ao longo das múltiplas ocorrências (históricas) do si-mesmo. É a partir dela que se processa a operação de identificação, enquanto reidentificação e reconhecimento do mesmo: “à cette première composante de la notion d'identité correspond l'opération d'identification, entendue au sens de réidentification du même, qui fait que connaître c'est reconnaître” (RICOEUR, 1990, p. 140-141). A ambivalência de reconhecimento contém, aliás, a dupla acepção que emerge na operação identificante,

segundo Ricoeur: reconhecimento enquanto associação do si-mesmo a uma identidade (prévia); e reconhecimento enquanto novo conhecimento do si-mesmo.

Além da operação de identificação – chamada por Ricoeur de “identificação numérica”, uma única e mesma coisa chamada por um nome invariável – e também de um critério de similaridade ou semelhança extrema – identificação “qualitativa”, para Ricoeur –, um terceiro parâmetro sustentaria a noção de identidade: a continuidade ininterrupta ou um “princípio de permanência no tempo” (RICOEUR, 1990, p. 141-142), entendido como “l'organisation d'un système combinatoire; l'idée de structure, opposée à celle d'événement, répond à ce critère d'identité” (RICOEUR, 1990, p. 142). Há algo que permanece na identidade do si-mesmo e, para Ricoeur, esse “algo que permanece” é centro da problemática: “Toute la problématique de l'identité personnelle va tourner autour de cette quête d'un invariant relationnel, lui donnant la signification forte de permanence dans le temps.” (RICOEUR, 1990, p. 142-143). Este último critério já sugere seu próprio contrário – o que não permanece – e, portanto, à ipseidade.

Identificação, semelhança, permanência: se esses três aspectos parecem antes um retorno a uma certa obviedade fenomenológica da acepção de identidade, o mesmo não se pode dizer da tríade “descrever, contar, prescrever”, pela qual Ricoeur inscreve a reflexão ética no horizonte de expectativas do próprio si-mesmo. É no ato autorreflexivo que o si-mesmo ensaia possibilidades de sua agência. E é pela narrativa que as ações se inscrevem no quadro de uma ética.

[...] les actions organisées en récit présentent des traits qui ne peuvent être élaborés thématiquement que dans le cadre d'une éthique. Autrement dit, la théorie narrative ne fait véritablement médiation entre la description et la prescription que si l'élargissement du champ pratique et l'anticipation de considérations éthiques sont impliqués dans la structure même de l'acte de raconter. [...] La littérature est un vaste laboratoire où sont essayés des estimations, des évaluations, des jugements d'approbation et de condamnation par quoi la narrativité sert de propédeutique à l'éthique. (Ricoeur, 1990, p. 139)

Narratividade, agência e desatribuição

O tambor de lata, romance de 1959 do escritor alemão Günter Grass, e *Nas peles da cebola*, livro autobiográfico de 2006 do mesmo autor, são obras que usam abertamente de um recurso formal na narrativa: a terceira pessoa para falar sobre si. Nelas ocorre, sobretudo, a alternância entre a primeira e a terceira pessoa, para produzir o que podemos chamar de um

efeito de desatribuição ou efeito de despredicação. A hipótese deste estudo é precisamente esta: que há um efeito forte de desatribuição e desresponsabilização nesse recurso formal da narrativa – o jogo discursivo com uma terceira pessoa. Investigar como esses efeitos acontecem em uma narrativa, e quais os riscos, para a subjetividade e/ou para a construção da personagem, da enformação de uma identidade narrativa e, ainda, quais os riscos para a inserção ético-política de uma subjetividade na história ou de uma personagem em uma narrativa ficcional: esses são os potenciais de uma possível teoria da eticidade na narrativa.

O borramento entre a 1ª e a 3ª pessoa é explícito em diversas passagens; mas, levantado já na primeira frase de *Nas peles da cebola*, adquire potencial de tom para o conjunto da obra:

Se hoje ou há anos, a tentação de se camuflar na terceira pessoa continua a ser tentadora: Quando ele tinha quase doze anos, mas ainda gostava de se sentar ao colo da mãe, algo começou e terminou. Mas será que o que começou, o que acabou, pode ser resumido de forma tão exata? No que me diz respeito, sim. (GRASS, 2007, p. 7)

O que é indiciado já de início pela narrativa diz respeito a um outro de si, outro que nasce do interior de um mesmo eu. Essa atenção teórica sobre a constituição da narrativa na literatura a partir de alteridades – alteridades, digamos, introjetadas ou imanentes, que partem de um eu – pode se apresentar em três âmbitos. Primeiro: como pode acontecer que, em uma narrativa – ficcional, memorial, autobiográfica – um si-mesmo consiga configurar uma identidade a partir de uma alteridade de si próprio, de um ou muitos outros que nascem de uma mesma instância narrativa? Ou seja: quais possibilidades, formas, efeitos esse recurso pode alcançar? Segundo: quais as implicações éticas dentro de uma narrativa que, por assim dizer, se exime da identidade e por isso de responsabilidade – uma instância narrativa que não se reconhece nem se postula como agente? Terceiro: quais os riscos – especificamente de éticos e históricos – de uma narrativa que se desvincula da própria ação e, no limite, se desvincula da própria agência – da possibilidade de uma ação minimamente autônoma e motivada?

Para a primeira pergunta – ou seja, como se procede a configuração de um si-mesmo em terceira pessoa –, a primeira distinção fundamental de Ricoeur é entre o eu como instância, isto é, como posição e perspectiva da ação e da expressão, e o si-mesmo. Ricoeur insiste em fazer essa distinção pra demarcar o si-mesmo pela primazia da autorreflexividade – não voltado para o mundo comum, para o mundo público da ação –, ou seja, o si-mesmo é um eu cuja tônica é menos a ação e a enunciação, e mais uma reflexão auto-direcionada – e por

isso o Ricoeur usa essas duas palavras reflexivas: o “si”, da gramática normativa, é um pronome reflexivo, e “mesmo” é uma palavra que se refere a algo de igual identidade.

Para ele há, então, uma distinção crassa e fundamental entre a identidade da pessoa e do nome – aquilo que se reconhece sob um único signo – e a identidade narrativa, que incorpora, justamente, a multiplicidade das ocorrências de uma mesma coisa ou de uma mesma pessoa. Essa multiplicidade seria abordada pela chamada ipseidade – a multiplicidade das transformações de algo que, entretanto, se percebe sob um mesmo corpo, transformações que ocorrem a um mesmo referente e que se designam sob um signo constante. Ricoeur diz, sobre esse paradoxo da identidade:

Não se trata apenas de garantir que estamos falando da mesma coisa, mas que podemos identificá-la como sendo a mesma coisa na multiplicidade de suas ocorrências. E isso só pode ser feito por meio da identificação espaço-temporal: a coisa permanece a mesma em diferentes lugares e momentos. (RICOEUR, 1990, p. 45)

Esse é um dos primeiros paradoxos que constitui a identidade em que o Ricoeur vai insistir: uma mesma designação, uma mesma identificação, que aparece em múltiplas ocorrências, múltiplos fenômenos.

Para segunda pergunta – que forma de constituição subjetiva ou figurativa acontece pela constante desatribuição da própria ação –, emerge uma pergunta mais fundante: quem é que fala, quem narra e se constitui se, a todo tempo, o narrador está se esquivando do relato; se foi um outro, um ele/ela – um eu que não é mais eu – que agiu. Essa pergunta – qual é a voz narrativa, afinal de contas – pode levar a uma outra. Se as ações de uma instância narradora são negadas, se os hábitos são negados, se a historicidade é negada e subtraída ao caráter contraído e constituído, o que permanece na construção da identidade narrativa? Uma primeira tese preliminar, ou hipótese de leitura emerge: sem ação e sem a própria transformação da ação não se constitui pessoa, e a construção subjetiva fica esvaziada quando se desatribuem muitas ou todas as ações, pela via da 3ª pessoa. Ricoeur diz, também em *Si-mesmo como um outro*:

Em primeiro lugar, a noção de disposição está ligada à de hábito, com sua dupla valência de hábito em processo de ser contraído, como dizemos, e hábito já adquirido. Agora, essas duas características têm um significado temporal óbvio: o hábito dá uma história ao caráter [...]. Cada hábito assim contraído, adquirido e transformado em uma disposição duradoura constitui um traço - um traço de caráter, precisamente - ou seja, um sinal distintivo pelo qual reconhecemos uma pessoa; nós a reidentificamos como sendo a mesma, sendo o caráter nada mais do que a totalidade desses sinais distintivos. (RICOEUR, 1990, p. 146)

Se todos os atos e hábitos são subtraídos e outorgados a uma terceira pessoa, não há traços e, por isso, não há identificação possível de um sujeito ou de um personagem que se constitua.

Para abordar brevemente uma última questão – sobre quais implicações éticas esse desagenciamento pode ter – algumas aporias da narração do si em terceira pessoa podem ampliar o espectro de temas. O risco dessa atribuição sempre a um outro é uma desresponsabilização constante – na ficção de Günter Grass, um personagem que escolhe não crescer é um personagem que não assume sua agência e não quer se reconhecer nem tomar parte em uma inserção histórica e social; em sua autobiografia, uma implicação potencial é a de uma irresponsabilidade por uma ação passada. Ou ainda: há uma torção da própria história e de si, em favor de um descolamento ético. Ou seja, esse recurso constitui uma rememoração que age contra a própria história e contra a configuração do si-mesmo.

Essa é a torção e a manipulação narrativa do si a partir da terceira pessoa. Na outra ponta da aporia, entretanto, subsiste a pergunta: onde pode ocorrer a transformação subjetiva – ou onde fica a ipseidade que constitui a identidade narrativa? Esse recurso narrativo permite conceder a possibilidade de que uma mesma pessoa possa ser radicalmente outra no curso da memória narrativa? Ricoeur, afirma, em *Memória, história, esquecimento*, sobre o risco inerente à configuração, à refiguração narrativa e ao manuseio da história – tanto a história do si quanto a história coletiva:

As estratégias de esquecimento estão diretamente ligadas a esse trabalho de configuração: sempre podemos contar uma história diferente, apagando ou mudando as ênfases de importância, refigurando os protagonistas da ação de forma diferente, ao mesmo tempo que os contornos da ação. Para aqueles que passaram por todas as camadas de configuração e refiguração narrativa, desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o maior perigo no final do caminho está no manuseio da história autorizada, imposta, celebrada e comemorada – a história oficial. (tradução nossa)

REFERÊNCIAS

GRASS, Günter. **Nas Peles da Cebola**. Trad. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

_____. **O Tambor de lata**. Tradução de Lúcio Alves e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

NÜNNING, Ansgar. **Metzler Lexikon Literatur- und Kulturtheorie**. Ansätze – Personen – Grundbegriffe. Stuttgart: Springer Verlag, 2013.

PFOTENHAUER, Helmut. **Literarische Anthropologie.** Selbstbiographien und ihre Geschichten – am Leitfaden des Leibes. Stuttgart: Metzler, 1987.

RICOEUR, Paul. **Soi-même comme un autre.** Paris: Éditions du Seuil, 1990.

_____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli.** Paris: Éditions du Seuil, 1990.